

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

**Investimentos (gastos) públicos na cidade de São Paulo**

**Aluna:** Tania Otho de Souza

**Orientador:** Gustavo Andrey de Almeida Lopes Fernandes

**Administração Pública - Análise do Gasto Público**

**Itapecerica da Serra - SP**

**2018**

## Sumário

Resumo .....	02
1. Introdução .....	03
2. Teoria .....	05
2.1. Contexto Histórico .....	05
2.1.1. As Quatro Reformas de Estados: de 1930 à 1995 .....	05
2.1.2. Descentralização e Avaliação das Políticas Públicas .....	06
2.2. Um estudo sobre o desempenho da educação .....	07
3. Instrumentos da Administração Pública - PPA, LDO, LOA e MCASP .....	09
4. Métodos .....	11
5. Resultados .....	13
5.1. O planejamento do orçamento público da cidade de São Paulo: PPA .....	14
5.2. Para onde vai o dinheiro público da cidade de São Paulo? .....	14
5.3. A aprovação do planejamento orçamentário: LOA .....	17
5.4. Os gastos efetivamente realizado pelo governo municipal .....	18
6. As características das Subprefeituras da cidade de São Paulo .....	22
6.1. Os indicadores Sociais das Subprefeituras .....	23
7. Conclusão .....	26
8. Referências Bibliográficas .....	27

## **Resumo**

A presente iniciação científica busca estudar a maneira pela qual a distribuição de gasto público é feita na cidade de São Paulo, uma vez que é possível compreender se determinadas regiões recebem menor ou maior investimentos em detrimento de outras. Isso foi possível, a partir da análise de indicadores sociais referente às subprefeituras de São Paulo, objeto de estudo da pesquisa, assim como as análises dos gastos públicos realizado pelo governo local em três grandes áreas: saúde, educação e assistência social. Dessa forma, a administração pública no que diz respeito a sua capacidade de planejamento orçamentário constitui o campo de estudo da referida pesquisa, que tem como tema a distribuição do gasto público no município de São Paulo, a fim de compreender se existe alguma desigualdade de investimento entre as diferentes subprefeituras, e, portanto, regiões da cidade.

Dessa forma, o objetivo da iniciação é construir um panorama sobre o gasto público na cidade de São Paulo, referente aos anos de 2014 ao 2017, anos em que são cobertos pelo último PPA da cidade, e assim relacionar com os dados apresentados sobre alguns indicadores sociais voltados para educação, saúde e assistência nas subprefeituras, a fim de delimitar o nível de serviços públicos existentes em cada região. Para tanto, o método utilizado para compreender a distribuição do orçamento, foi o estudo dos gastos públicos referente aos orçamentos liquidados nos quatro anos de análises e dados socioeconômicos das localidades. Os resultados alcançados são apresentados em gráficos e tabelas com a intenção de sistematizar aspectos principais que dizem respeito ao tema da pesquisa. Portanto, pretende com o estudo realizado contribuir para novas pesquisas e ampliação de novos estudos relacionados ao orçamento público.

**Palavras-chaves:** orçamento público, administração pública, gasto público, distribuição, PPA

## **1. Introdução**

Sabe-se que muito embora as desigualdades sociais tenham diminuído com o decorrer do tempo, sobretudo devido às políticas e programas sociais de nível federal, ainda assim são verificadas entre os estados, municípios e regiões brasileiras. Conforme Fernando Burgos (2013) “a sociedade brasileira continua convivendo cotidianamente com um abismo social entre os mais ricos e os mais pobres”, quando nos referimos sobretudo a saúde, educação e trabalho. No entanto, para que tal realidade de disparidade seja enfrentada de alguma maneira, os governos locais desempenham papel imprescindível no sentido de construir políticas públicas que venham amenizar as diferenças sociais verificadas historicamente na sociedade, que por sua vez, se dá em diferentes perspectivas.

Nesse sentido, segundo Amartya Sen em seu escrito “Desenvolvimento como Liberdade”, o desenvolvimento da população “requer que se remova as principais fontes de privação da liberdade”, tais como a pobreza, carência de oportunidades econômicas, negligências dos serviços públicos, entre outras. Dado isso, para que se tenha o desenvolvimento local, é necessário a presença do poder público no sentido de promover serviços públicos essenciais em diferentes localidades, sendo fundamental a customização das políticas nos diversos locais e em número suficiente conforme as necessidades da localidade. Além do mais, torna-se essencial, portanto, que os serviços públicos estejam no alcance da população, para que o acesso a eles seja garantido a todos.

Nesse sentido, partindo-se da premissa que a maneira pela qual determinado governo planeja seu orçamento, constitui fator chave para enfrentar as desigualdades regionais, o presente trabalho se debruça em analisar o planejamento e a distribuição do orçamento público, uma vez que estes devem ser pensados e aplicados da maneira mais eficiente possível para atender as demandas e necessidades locais por serviços públicos, a fim de garantir o bem-estar da população, haja vista que o Estado é o principal ator dessa função. A distribuição do dinheiro público é determinante para indicar o nível de investimento e disponibilidade e qualidade dos serviços públicos em geral, ainda que de forma qualitativa requiera outros tipos de análises, referente sobretudo, a efetividade e eficácia do serviço, sendo princípios básicos da administração pública.

Para tanto, instrumentos de planejamento orçamentário caracterizam-se como sendo um mecanismo de responsabilidade dos governantes para com o dinheiro público. Ou seja, ao obrigar, na forma da lei, os governos a planejar seu gasto conforme as receitas disponíveis em seu governo, faz com que os mesmos pensem, minimamente, na maneira como “gastar” o

orçamento, assim como, permitir que o próximo governo não venha lidar com problemas financeiros por falta de responsabilidade com o gasto público. Além do mais, tais mecanismos possibilitam a prestação de contas por parte da administração pública, uma vez que os planejamentos orçamentários devem estar sistematicamente organizados, conforme padrões estabelecidos, e disponíveis para a consulta da população, haja vista que a Lei de Acesso a Informação de nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, respalda o direito de obtenção de informações públicas. Dessa forma, as publicidades das informações permitem o Accountability por parte dos gestores públicos, algo que por vezes não ocorre de maneira esperada, pois não basta apenas ter tal responsabilidade, é preciso deter mecanismos de fiscalização e cobrança da performance do poder público.

Nesse sentido, existem alguns mecanismos de planejamento do orçamento público utilizados na administração pública no país são eles, o Planejamento Plurianual (PPA), Lei de Orçamento Anual (LOA) e Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), que por sua vez, configuram-se como sendo importantes instrumentos balizador da distribuição do dinheiro público nos governos e determinantes direcionadores de investimento para suas diferentes. Tais mecanismos foram instituídos pela Constituição de 1988, sendo documentos que delimitam os programas e metas do governo no que diz respeito às políticas públicas e os orçamentos destinados.

Dessa maneira, a iniciação científica consiste em analisar, por meio de dados sobre gastos públicos, como a cidade de São Paulo realiza seu planejamento orçamentário, assim como analisar de maneira regionalizada, ou seja, por subprefeitura, como é feita a distribuição de políticas públicas, através da comparação de diferentes dados sobre educação, saúde e assistência social, sendo estes os três aspectos escolhidos para as análises, uma vez que estão fortemente ligados e cujos dados estavam disponíveis. Além do mais, são apresentados indicadores sociais referente às áreas escolhidas, por subprefeituras, a fim de sinalizar um perfil geral sobre os distritos da cidade. Desse modo, a pesquisa pretende responder à pergunta: existe desigualdade de investimentos público nas diferentes subprefeituras de São Paulo? E como o poder público trabalha no sentido de reequilibrar os investimentos feitos, de maneira a atender as regiões que mais carecem de serviços públicos?

## **2. Teoria**

Para conceder embasamento a presente iniciação científica lançou-se mão de algumas referências bibliográficas que abordam questões sobre gastos públicos municipais e como tais gastos interferem na qualidade da prestação de serviços públicos. No entanto, desde o momento inicial, foram utilizados determinados instrumentos e conceitos encontrados na administração pública brasileira, uma vez que este constitui o campo de estudo da pesquisa.

### **2.1. Contexto Histórico**

Para tanto, a fim de entender o processo histórico da formação da administração pública no Brasil, em especial ao processo de avaliação de políticas públicas, estudou-se alguns trabalhos que tratassem desses aspectos. Para início, optou-se por apresentar uma linha do tempo sobre a evolução da administração pública brasileira.

#### **2.1.1. As Quatro Reformas de Estados: de 1930 à 1995**

A Administração Pública brasileira passou ao longo das décadas por diferentes reformas de Estado, cada qual com suas características e modernização. A primeira reforma foi instituída no governo do presidente Vargas em 1930, denominada Reforma Burocrática, com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). A segunda reforma de Estado deu-se com o Decreto-lei 200 de 25/2/1967, levado a cabo durante o regime militar, que buscou dotar de características gerenciais a administração pública. Com a promulgação da Constituição de 1988, que além de reforçar o aspecto centralizador, hierárquico e o rígido, presentes no modelo burocrático do período Vargas, priorizou também a administração direta em detrimento da indireta, o que consagrou os princípios de uma administração pública extremamente burocrática, pois acreditavam-se, em certa medida, que a descentralização havia dado espaço para as práticas clientelistas.

No entanto, mesmo que para muitos estudiosos a Constituição Federal de 1988 tenha representado um retrocesso do ponto de vista administrativo, por outro lado levou a profissionalização da administração e promoveu a descentralização dos serviços sociais para as esferas subnacionais, aumentando a responsabilidade dos Estados e municípios na execução de atividades que antes era de competência exclusiva da União, e portanto, executado por esta.

Para tanto, a última reforma de Estado ocorreu em 1995, com a publicação do Plano Diretor da Reforma de Estado conduzida pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), que se deu no governo de Fernando Henrique Cardoso, com o ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira. Essa reforma ficou conhecida como Reforma Gerencial, e caracterizou-se basicamente por conceder maior autonomia ao gestor público, além da flexibilização de procedimentos; profissionalização da alta burocracia; maior transparência com a responsabilização dos administradores públicos perante a sociedade; a descentralização, com o intuito de diluir as funções que poderiam ser realizadas pelos governos subnacionais; assim como a diluição de responsabilidades dos órgãos centrais, que deveriam delegar a execução das funções para agências descentralizadas, baseando assim na desconcentração organizacional. Ademais, a gestão por resultados, sendo um dos pontos fortes da Reforma Gerencial, que por sua vez, é orientada pelo controle de resultados, em detrimento do controle passo a passo das normas e procedimentos, assim como da orientação para o cidadão-usuário, com vistas a atender a demanda da sociedade; sendo que a accountability, que é um mecanismo de responsabilização do servidor público perante a sociedade, os políticos eleitos e diante dos representantes formais e informais da sociedade, torna-se um mecanismo importante para a prestação de contas.

### **2.1.2. Descentralização e Avaliação das Políticas Públicas**

Em 1990 houve o reconhecimento da necessidade de se avaliar as políticas públicas, devido a modernização da administração pública brasileira, diante da importância que se atribuiu a efetividade dos gastos públicos, sobretudo pela mudança na relação entre Estado e a Sociedade, que foi reflexo, sobretudo, da promulgação da Constituição de 1988, esta, por sua vez, conhecida como “Constituição Cidadã”, uma vez que o país tinha saído de um regime militar.

Todavia, segundo Fernando Abrucio e Cibele Franzese, no escrito “Federalismo e políticas públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil”, pode-se dizer que o período de redemocratização brasileira, revelou-se como sendo um processo de fortalecimento dos governadores, bem como das unidades estaduais, assim como, o fortalecimento do nível municipal, por meio de uma descentralização de atribuições federativas. Dessa forma, ao longo da década de 1990 ocorreu a municipalização das políticas públicas, na qual, grande parte das competências que antes eram de responsabilidade dos Estados e da União passa a ser de nível municipal.

O ente municipal, desse modo, com o tempo ganhou espaço e importância na federação brasileira, sendo grande responsável por garantir o bem-estar da população de seu território. Nesse sentido, segundo Abrucio e Cibele “entre 1980 e 1995, a participação dos municípios na receita nacional quase dobrou, passando de 8,7% para 16,6% do total arrecadado na federação”. Pode-se dizer, portanto, que o município é um ator importante para promover o desenvolvimento social por meio da efetividade de políticas públicas, uma vez que, conforme André Franco Montoro, governador do Estado de São Paulo de 1983 a 1987, "ninguém vive na União, nem nos Estados; todos vivem nos Municípios".

Nesse sentido, devido a atuação crescente dos municípios na formulação das políticas públicas que atendessem as demandas da população por serviços públicos, ganha importância também a avaliação dessas políticas, que segundo Marta Arteché, é uma etapa do processo de formulação da política pública muito importante. Dado isso, pode-se dizer que é possível realizar a avaliação de uma política através do espectro de efetividade, eficácia e eficiência. Por efetividade, entende-se os resultados produzidos a partir da implementação da política, os impactos gerados na mudança das condições sociais da população atingida (público-alvo). Já por eficácia, compreende-se as metas propostas e as metas alcançadas pelo programa ou mesmo entre os instrumentos estabelecidos para sua implementação e aqueles efetivamente empregados, a partir disso é possível mensurar o sucesso ou fracasso da política. E por último, avaliação de eficiência, diz respeito aos resultados obtidos dada a condição de recursos escassos, ou seja, se logrou êxito no sentido de abarcar maior parte do público pretendido.

## **2.2. Um estudo sobre o desempenho da educação**

Dessa forma, tendo em vista que o município de São Paulo é o objeto de estudo, município este de grande capacidade financeira e uma das cidades mais desenvolvidas e importante do país, procurou-se estudar trabalhos que abordassem, de alguma maneira, os gastos da gestão pública municipal, seu funcionamento e implicações. Dado isso, a fim de entender como os investimentos públicos interferem na qualidade de determinado serviço público, estudou-se um artigo intitulado “A Relação entre Custo Direto e Desempenho Escolar: uma análise multivariada nas escolas de ensino fundamental de Londrina-PR” (AMANCIO-VIEIRA, Saulo; BORINELLI, Benilson; NEGREIROS, Leticia; DALMAR, José), sendo estes doutores e mestres. Tal estudo, trata de uma análise de fatores que estão diretamente ou indiretamente ligados ao desempenho dos professores das escolas municipais



de ensino fundamental da cidade de Londrina. O desempenho foi analisado por meio do custo direto relacionado a educação.

Para tanto, as variáveis utilizadas para criar um modelo em que explicasse o desempenho escolar, foram: infraestrutura; recursos humanos das escolas, participação dos pais na vida escolar dos filhos, contexto socioeconômico, perfil das famílias dos alunos, indicadores de desempenho, sendo este a nota obtida pela Prova Brasil e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), assim como o total de recursos alocados na educação. A partir dessas variáveis o estudo conseguiu elaborar um modelo em que explicasse em que o coeficiente era de 50,80%, na qual a variável dependente era a média de desempenho dos alunos na Prova Brasil.

Segundo atores, “estudos que relacionam os gastos em educação e a sua efetividade têm sido recorrentes nas avaliações em todos os níveis de ensino”. Dessa forma, pode-se dizer que a partir dos gastos destinados as áreas como saúde, habitação, saneamento básico, etc, é possível determinar como certos fatores que estão diretamente ligados a essas temáticas podem interferir na efetividade das políticas públicas relacionadas a essas áreas, o que permite avaliar se os investimentos estão sendo realmente bem aplicados pelos governos municipais.

No entanto, o estudo aponta que devido a complexidade do tema em questão, assim como as peculiaridades da contabilidade e finanças públicas brasileira, assim como a falta de interesse no sentido de estabelecer meios para o entendimento dos gastos no setor de educação, são razões que explicam o pouco avanço no estudo dos dados utilizados na pesquisa. Todavia, grande parte dos indicadores encontravam-se em valores médios, o que por vezes, não representam a realidade.

Ademais, como um dos objetivos da pesquisa é indicar de que maneira o gasto público está distribuído pelo município de São Paulo. Tendo em vista isso, o trabalho de Yves Zenou e Nicolas Boccard em 1999 intitulado “Discriminação Racial e Redlining em Cidades”, que dentre outras coisas, mostram que a suburbanização do emprego tende a reduzir as oportunidades de negros e aumentar o desemprego do mesmo.

Para tanto, *Redlining*, por sua vez, consiste em uma prática discriminatório em que há restrição do acesso a certos tipos de serviços por aqueles que são pobres. Praticado historicamente por empresas financeiras, em que literalmente se desenhava uma linha vermelha em um mapa em torno dos bairros em que tais instituições não queriam oferecer seus serviços, muito embora a prática tenha sido condenada, ainda verifica sua ocorrência. Além do mais, no mesmo estudo, quando o custo de acesso relativo para trabalhadores negros

em centros de emprego é suficientemente grande, uma cidade é segregada. Dado isso, a iniciação científica procura analisar se existe algum tipo de discriminação de investimento em regiões (subprefeituras de São Paulo) que apresentam determinado perfil populacional e, dessa forma, quais são suas consequências para a prestação de serviços públicos.

### **3. Instrumentos da Administração Pública - PPA, LDO, LOA e MCASP**

Contudo, como dito no início, grande parte do material teórico consultado o para a elaboração da iniciação científica, são instrumentos encontrados na administração pública brasileira. Ou seja, utilizou-se de conceitos e ferramentas empregados no setor público, como por exemplo, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), documento este que orienta e conceitua como se dá contabilidade na administração pública brasileira, tendo como foco no orçamento para o patrimônio público. Além do mais, para realizar as bases de dados sobre os gastos públicos do município de São Paulo, consultou-se o PPA 2014-2017, bem como as LOA's de cada ano desse período. Estes são instrumentos importantes para o planejamento e utilização do dinheiro público no país, destinado a organizar e viabilizar a ação pública. Para isso é nesse documento de planejamento que se encontra o conjunto das políticas públicas dos governos (federal, estadual e municipal) para um período de 4 anos. Cada ente federativo é obrigado realizar o PPA, assim como elaborar a LOA anualmente. Dessa forma, o PPA (Plano Plurianual), foi estabelecido pela Constituição de 1988, como sendo uma lei que define as diretrizes, objetivos e metas dos programas formulado pelo o governo. No entanto, não existe uma padronização que guie a forma pela qual é organizada e estruturada, de maneira que cada unidade federativa tem autonomia para definir como será elaborada seus respectivos PPA's.

Para tanto, a LOA (Lei de Orçamento Anual) aprova e disciplina todas as ações dos governos que, por sua vez, devem ser alcançadas no ano de sua vigência. Desse modo, nenhuma despesa pública pode ser executada fora do orçamento do governo para aquele ano. Ou seja, as despesas devem estar com consonância com as receitas do governo, em vista de não produzir déficits no orçamento público para os anos subsequentes.

Em suma, utilizou-se desses dois mecanismos importantes para compreender os gastos públicos da cidade São Paulo. No entanto, voltando-se ao MCASP, para elaboração das bases de dados, foi preciso classificar os programas contidos no PPA 2014-2017 de acordo com as funções de governo. Todavia, a fim de compreender o que são “funções de governo”, na qual todas as ações do governo, que por sua vez, estão previstos no PPA, são classificados. No MCASP, um dos tópicos refere-se a essa classificação funcional, que por

sua vez, consiste na segregação das dotações orçamentárias em Funções e Subfunções prefixadas, o que busca indicar “em que” área de ação governamental a despesa foi planejada, e, portanto, será realizada. Esta divisão serve como um agregador dos gastos públicos por área de ação governamental nas três esferas de governo. Esta estrutura dividida em funções e subfunções tem como objetivo principal calcular o agregado nacional. Vale ressaltar que é uma classificação de aplicação comum e obrigatória nas três esferas de governos, tais como da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios, o que, dentre outras coisas, permite a consolidação nacional dos gastos do setor público. Além disso é obrigatório a todos os entes federados o envio de suas informações orçamentárias à Secretaria do Tesouro Nacional.

Se a Função é uma categoria macro da despesa, a subfunção representa um nível de agregação imediatamente inferior à Função e deve evidenciar cada área da atuação governamental, por intermédio da agregação de determinado subconjunto de despesas e identificação da natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções. Existem vinte e oito (28) Funções de Governo, quais sejam: Legislativa; Judiciária; Essencial à Justiça; Administração; Defesa Nacional; Segurança Pública; Relações Exteriores; Assistência Social; Previdência Social; Saúde; Trabalho; Educação; Cultura; Direitos da Cidadania; Urbanismo; Habitação; Saneamento; Gestão Ambiental; Ciência e Tecnologia; Agricultura; Organização Agrária; Indústria; Comércio e Serviços; Comunicações; Energia; Transporte; Desporto e Lazer; Encargos Especiais.

Para tanto, as funções e subfunções deteram papel fundamental para a elaboração das bases de dados, uma vez que permitiram classificar e indicar, a grosso modo, em que áreas estavam dividido o gasto público tanto no planejamento, visto sobretudo no PPA, assim como na execução das despesas encontrados na LOA.

#### **4. Métodos**

A metodologia adotada para estruturar a iniciação científica baseia-se sobretudo, na análise de dados sobre os gastos públicos planejados, destinados e executado nas subprefeituras da cidade de São Paulo nos quatros anos do último Planejamento Plurianual que inicia em 2014 e termina em 2017. Os dados são abertos ao público nos portais oficiais da prefeitura municipal. Neste documento foi possível identificar quais eram os programas que norteavam a atuação do governo municipal na gestão de quatro anos, bem como os projetos e atividades pensados para a garantia de serviços públicos a população.

No entanto, a maior dificuldade apresentada para análise dos dados sobre o orçamento pensado para cada um dos programas, projetos e atividades, foi enquadrar cada um em uma

função de governo, uma vez que não se encontravam classificados dessa maneira. Para tanto, foi preciso identificar cada um na Lei de Diretrizes Orçamentárias apresentadas para tais anos. Dessa forma, foi possível identificar em termos de quantitativo quais dos programas eram destinados para educação, assistência social, saúde, sendo estas áreas focos da presente iniciação, e quais eram destinadas para outras áreas. Optou-se por tais áreas, pois são as maiores em termos de orçamentos e o que em grande medida apresentam maior importância social.

Além do mais, partindo da premissa que não é possível apenas inferir o quanto é destinado a cada uma das áreas de governo a partir do que foi planejado, uma vez que o orçamento pensado para cada uma delas muitas das vezes não se efetivam. Para isso, foi feito um levantamento e análise através de um comparativo do orçamento que foi empenhado, liquidado e pago neste período de quatro anos nas áreas escolhidas para o estudo. No entanto, sabe-se que não é possível concluir de maneira certa e única que o que foi planejado, por vezes, não foi efetivado na realidade, haja vista que muitas questões perpassam o aspecto do orçamento público, mas é possível analisar a questão do planejamento que o governo realiza sobre os investimentos nas áreas, o que de fato se efetiva, em termos de orçamentos.

Ademais, realizou-se também um levantamento de indicadores sociais referente a cada uma das subprefeituras no que se refere a saúde, educação, assistência social, habitação, esporte e lazer, etc, na intenção de construir um panorama de cada uma das regiões, para que fosse possível realizar um cruzamento entre os orçamentos destinados para as subprefeituras de São Paulo e o que se encontravam, em termos de serviços públicos, nas regiões estudadas. Diante do que foi possível analisar, conseguiu-se indicar como foi feita a distribuição do orçamento público para cada uma das áreas, assim como, quais regiões obteve maior e menor investimentos, além de poder visualizar quais as regiões apresentam, diante dos indicadores sociais, maior necessidade de investimentos públicos para o provimento de mais quantidade de determinados serviços públicos nas áreas da saúde, educação e assistência social.

Contudo, para fundamentar a necessidade de estudar os gastos públicos realizada pelo governo municipal, lançou-se mão de textos acadêmicos que tratam da evolução da administração pública brasileira, suas principais características, que levou, dentre outros aspectos, a maior visibilidade do ente federativo municipal em termos de responsabilidades na garantia do bem estar social, o que justifica a necessidade de estudar os gastos públicos realizados pelo governo municipal, haja vista que este constitui como sendo peça importante para o desenvolvimento local. Na mesma perspectiva, buscou-se discutir, em linhas gerais, a

necessidade da avaliação de políticas públicas no sentido de garantir sua efetividade, eficácia e eficiência.

## 5. Resultados

Nesta seção da pesquisa busca-se expor as análises alcançadas por meio dos estudos feitos a partir dos dados públicos referente aos gastos municipais, bem como indicadores encontrados nos portais oficiais do governo do município de São Paulo. Recomenda-se que as análises sejam mais exploradas através de novas pesquisas realizadas a partir do presente estudo feito.

### 5.1. O planejamento do orçamento público da cidade de São Paulo: PPA

O Plano Plurianual de 2014 a 2017 está dividido em quatro documentos diferentes, encontrados no portal da Transparência do município junto ao site da prefeitura. Faz parte do PPA uma análise do cenário econômico da cidade de São Paulo, assim como um demonstrativo da previsão de receita para os quatro anos de vigência do plano, o que permite, em geral, entender a situação financeira do município nesse período.

No entanto, para a iniciação científica aprofundou-se na análise dos Programas pensados para o PPA. Dessa forma, existem vinte e cinco (25) Programas e cada um com suas Ações, que por sua vez, podem ser denominadas como Projetos, Atividade ou Encargos Especiais. Os Programas referem-se a diferentes temáticas como pode ser observado na tabela a seguir:

Programa	Descrição do Programa
0	Encargos Especiais;
3001	Acesso à Cultura;
3002	Acesso à Moradia Adequada;
3003	Ações e Serviços da Saúde;
3004	Benefícios e Previdência de Funcionários ;
3005	Coleta Seletiva de Resíduos Secos e Orgânicos;
3006	Direito da Pessoa com Deficiência;
3007	Garantia dos Direitos da População Idosa;
3008	Melhoria da Drenagem Urbana e Proteção das Bacias Hidrográficas;

3009	Melhora da Mobilidade Urbana Universal;
3010	Melhoria da Qualidade e Ampliação do Acesso à Educação;
3011	Modernização e Descentralização da Gestão e Prestação de Serviços;
3012	Participação, Transparência e Controle Social da Administração Pública;
3013	Prevenção e Proteção às Vítimas da Violência;
3014	Processo Legislativo e Controle Externo;
3015	Promoção da Cidade como Centro de Eventos e Destino Turístico de Referência;
3016	Promoção da Cidade como Centro de Tecnologia e Inovação;
3017	Promoção de Atividades Esportivas, Recreativas e de Lazer;
3018	Promoção de uma Cultura de Cidadania e Valorização da Diversidade;
3019	Promoção do Crescimento Econômico e Geração de Posto de Trabalhos;
3020	Proteção de Recursos Naturais da Cidade;
3021	Qualidade e Transparência da Receita e Despesa;
3022	Requalificação e Promoção da Ocupação dos Espaços Públicos;
3023	Superação da Extrema Pobreza; e
3024	Suporte Administrativo.

Fonte: Elaboração Própria, PPA 2014-2017 (município de São Paulo)

## 5.2. Para onde vai o dinheiro público da cidade de São Paulo?

Com a intenção de saber quais as áreas cada Programa se destina e, portanto, para onde vai o orçamento público, foi preciso saber a classificação funcional de cada um dos Programas e Ações. No entanto as descrições contidas dos programas nos arquivos do PPA não constavam a classificação por Função e Subfunção dos vinte e cinco programas pensados para o Plano. Como dito, tal classificação é importante para entender como se dá a distribuição dos programas conforme as áreas. Para tanto, ao analisar os documentos da LOA do quadriênio, foi possível identificar por meio do número de cada um dos Programas, assim como o número de identificação de cada uma das Ações, em qual Função e Subfunção estava submetida cada uma das políticas públicas, e assim foi possível agrupar cada programa e uma área de governo. Segue tabela que mostra tal agrupamento realizado:

Classificação Funcional (Função)	Nº do Programa
04-Administração	0

12-Educação; 13-Cultura	3001
16-Habitação	3002
10-Saúde	3003
04-Administração; 12-Educação; 09-Previdência Social; 10-Saúde; 11-Trabalho; 26-Transporte	3004
18-Gestão Ambiental; 15-Urbanismo	3005
08-Assistência Social; 14-Direitos da Cidadania; 12-Educação; 10-Saúde; 26-Transporte; 15-Urbanismo.	3006
08-Assistência Social; 14-Direitos da Cidadania; 10-Saúde	3007
17-Saneamento	3008
26-Transporte; 15-Urbanismo	3009
12-Educação	3010
04-Administração; 08-Assistência Social; 24-Comunicações; 05-Defesa Nacional; 12-Educação; 09-Previdencia Social; 06-Segurança Publica; 15-Urbanismo.	3011
04-Administração; 08-Assistência Social; 14-Direitos da Cidadania; 12-Educação; 10-Saúde	3012
08-Assistência Social; 14-Direitos da Cidadania; 06-Segurança Pública	3013
01-Legislativa	3014
23-Comércio e Serviços; 13-Cultura; 27-Desporto e Lazer	3015
11-Trabalho	3016
27-Desporto e Lazer	3017
08-Assistência Social; 14-Direitos da Cidadania; 12-Educação	3018
12-Educação; 07-Relações Exteriores; 11-Trabalho; 15-Urbanismo	3019
18-Gestão Ambiental; 16-Habitação; 15-Urbanismo	3020
04-Administração	3021
15-Urbanismo	3022
08-Assistência Social; 14-Direitos da Cidadania; 12-Educação; 11-Trabalho	3023
04-Administração; 08-Assistência Social; 24-Comunicações; 13-Cultura; 27-Desporto e Lazer; 14-Direitos da Cidadania; 12-Educação; 18-Gestão Ambiental; 16-Habitação; 02-Judiciária; 01-Legislativa; 09-Previdencia Social; 07-Relações Exteriores; 10-Saúde; 06-Segurança Pública; 11-Trabalho; 26-Transporte; 15-Urbanismo.	3024

Fonte: Elaboração Própria, PPA 2014-2017 e LOA quadriênio (município de São Paulo)

Como pode ser observado na tabela acima um Programa pode estar submetido a diferente classificação funcional, isso acontece, pois, um Programa detém diversas Ações (Projetos, Atividades), que são pensadas para alcançar os resultados pretendidos por ele. Por exemplo, o Programa 3006 que se destina a garantia do “Direito da Pessoa com Deficiência”, possui diferentes classificações funcionais, pois dentro dessa política pública encontram-se diferente Ações para alcançar os resultados que se propõe o Programa, Ações como por exemplo, a Reforma e Acessibilidade em Passeios Públicos; a Construção e Instalação de Centro de Especializados e Reabilitação (CER); a Implementação de Residências Inclusivas, e etc, todas encontradas no PPA. Para tanto, tais Ações pertencem ao um mesmo Programa, mas cada um se encaixa em uma determinada área, como a de Urbanismo, Saúde e Assistência Social, áreas estas que tais Ações foram classificadas.

Vale ressaltar aqui que como pode ser observado na tabela, não foi informado as subfunções que cada Ação dos Programas está enquadrado, isso porque devido ao tamanho dispêndio de tempo para identificar a subfunção de cada uma das centenas de Ações demanda maneiras que facilite esse processo, forma que ainda não foi encontrado, mas que surgindo a necessidade de saber a Subfunção além da classificação por Função que foi realizado para a Base de Dados, o mesmo será feito para a Subfunção.

Para tanto, a partir da classificação funcional realizada dos Programas, foi possível, a grosso modo, indicar para quais áreas os recursos públicos foram destinados. Dessa forma, calculou-se a Frequência Absoluta e Frequência Relativa de cada uma das vinte e uma função aferidas nas Ações do PPA, que por sua vez, encontra-se no Apêndice deste relatório. No entanto, segue tabela que mostra as Funções agrupadas para elucidar o percentual de frequência em que aparecem no Plano Plurianual, como pode ser observado o Grupo 4 (Assistência Social; Saúde; Direitos da Cidadania), é o que mais contém no planejamento orçamentário do município de São Paulo.

<b>Função Agrupada</b>	<b>Frequência Relativa do Agrupamento</b>
01-Legislativa; 02-Judiciária.	3,75%
04-Administração	5,00%
05-Defesa Nacional; 06-Segurança Pública; 07-Relações Exteriores	7,50%
08-Assistência Social; 10-Saúde;	26,25%



14-Direitos da Cidadania.	
09-Previdência Social; 11-Trabalho.	10,00%
12-Educação; 13-Cultura.	16,25%
15-Urbanismo; 16-Habitação; 17-Saneamento Básico.	15,00%
18-Gestão Ambiental	3,75%
23-Comércio e Serviços	1,25%
24-Comunicações	2,50%
26-Transporte	5,00%
27-Desporto e Lazer	3,75%

Fonte: Elaboração Própria, Base de Dados do Pibic

### 5.3. A aprovação do planejamento orçamentário: LOA

Partindo da ideia de que por vezes o planejamento não corresponde à realidade, ou seja, o que foi pensado não se consolida na prática, optou-se por analisar a Lei de Orçamento Anual dos quatro anos da vigência do PPA, para realizar um comparativo entre o orçamento previsto no Plano Plurianual com relação ao efetivamente aprovado nas LOA's para cada Ação.

No entanto, algumas dificuldades se colocam para elaboração da Base de Dados que vincula os códigos das Ações, bem como dos Programas com as informações que contém nas planilhas de Excel das LOA's. Dessa forma, foi preciso filtrar programa por programa a partir de seu número, e em seguida filtrar pelo código de cada uma das Ações pertencentes aos vinte e cinco programas. A partir disso, foi realizado a soma dos montantes aprovado para os Projetos/Atividades (ações), o que possibilitará fazer contrapor com o que foi indicado para cada política no PPA.

Contudo, foi possível a partir do modo “filtragem” fazer uma análise do orçamento planejado e do efetivo dos Programas 0 até 3012, quase metade do que contém no PPA que são, como já dito, vinte e cinco. Para tanto, segue tabela com as informações sobre o orçamento previsto no planejamento (PPA) e o aprovado de acordo com as LOA's.

Programas	Total do Orçamento Planejado (PPA)	Total do Orçamento Aprovado (LOA's dos 4	Percentual do Orçamento	Diferença do Percentual
-----------	------------------------------------	--	-------------------------	-------------------------

		anos)	Aprovado	
0	24.147.564.312,72	21.312.977.244,00	88,26%	-11,74%
3001	1.383.861.284,53	1.383.861.284,53	100%	0%
3002	2.775.027.318,81	3.723.134.396,00	134,17%	+34,17%
3003	25.335.013.046,20	25.623.998.856,00	101,14%	+1,14%
3004	49.800.743.326,38	38.390.316.228,00	77,09%	-22,91%
3005	8.858.143.883,07	8.010.090.921,00	90,43%	-9,57%
3006	893.634.810,19	1.015.795.510,00	113,67%	+13,67%
3007	114.527.136,89	130.423.815,00	113,88%	+13,88%
3008	5.493.764.436,70	4.487.002.165,00	81,67%	-18,33%
3009	24.131.617.641,83	19.013.230.436,00	78,79%	-21,21%
3010	21.548.199.399,70	23.706.000.674,00	110,01%	+10,01%
3011	1.306.522.073,04	1.192.934.318,00	91,31%	-8,69%
3012	98.405.940,04	72.416.737,00	73,59%	-26,41%
...	-	-	-	-

Fonte: Elaboração Própria

Como pode ser observado na tabela acima, parte dos programas obtiveram aprovação de 100% do orçamento previsto no PPA, por vezes obtendo maior parcela de dinheiro para execução do programa. Em contrapartida, há programas que não tiveram aprovação total do montante pensado para a execução dos mesmos, todavia, todos obtiveram acima de 50% do orçamento planejado no PPA.

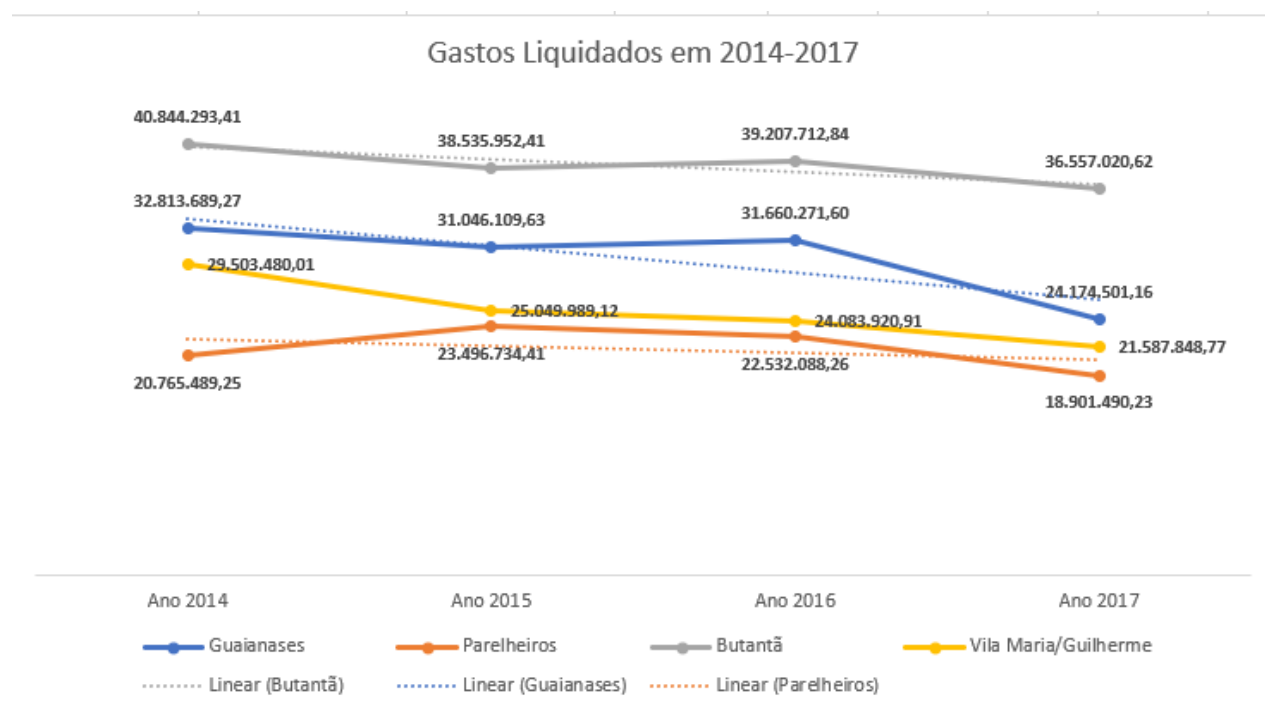
Grande parte das áreas em que os programas que receberam mais orçamento do que previsto no PPA, são referentes a Habitação, Saúde, Assistência Social, Educação, e etc, setores estes que geralmente costumam obter maior parcela dos gastos públicos.

#### **5.4. Os gastos efetivamente realizados pelo governo municipal**

Na seção anterior foi possível ver o que foi planejamento para cada um dos programas previstos no PPA e o que foi aprovado para cada um dos quatro anos nas LOA's. No entanto, é preciso também analisar o que de fato foi empenhado, liquidado e pago pela administração pública, além de saber para quais regiões da cidade foi destinado o investimento. Dado isso,

foi possível, a partir dos dados sobre os gastos do governo municipal de São Paulo disponibilizado no portal IRIS do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, analisar os gastos feitos em 8 subprefeituras do município no período de quatro anos, sendo de 2014 a 2017, subprefeituras estas pertencentes cada um em uma das zonas (divisão administrativa) do município, quais sejam: Zona Leste (Guaianases e Itaquera) ; Zona Sul (Parelheiros e M Boi Mirim); Zona Oeste (Butantã e Pinheiros) e Zona Norte (Vila Maria/Guilherme e Santana/Tucuruvi). Optou-se por elencar oito subprefeituras, pois são 32 na totalidade do município, o que é inviável expor análises de todas elas na presente iniciação científica, pois isso optar por duas de cada zona para representar, de maneira geral, o perfil das quatro zonas existentes na cidade de São Paulo, tornou-se viável.

Dessa maneira, as áreas em que são analisadas são a Saúde, Educação e Assistência Social, haja vista que são setores mais visível pela sociedade e pelos governos. Segue uma série histórica de gastos liquidados por cada uma das subprefeituras com a intenção de mostrar a evolução de gastos no decorrer dos anos e um comparativo entre regiões.

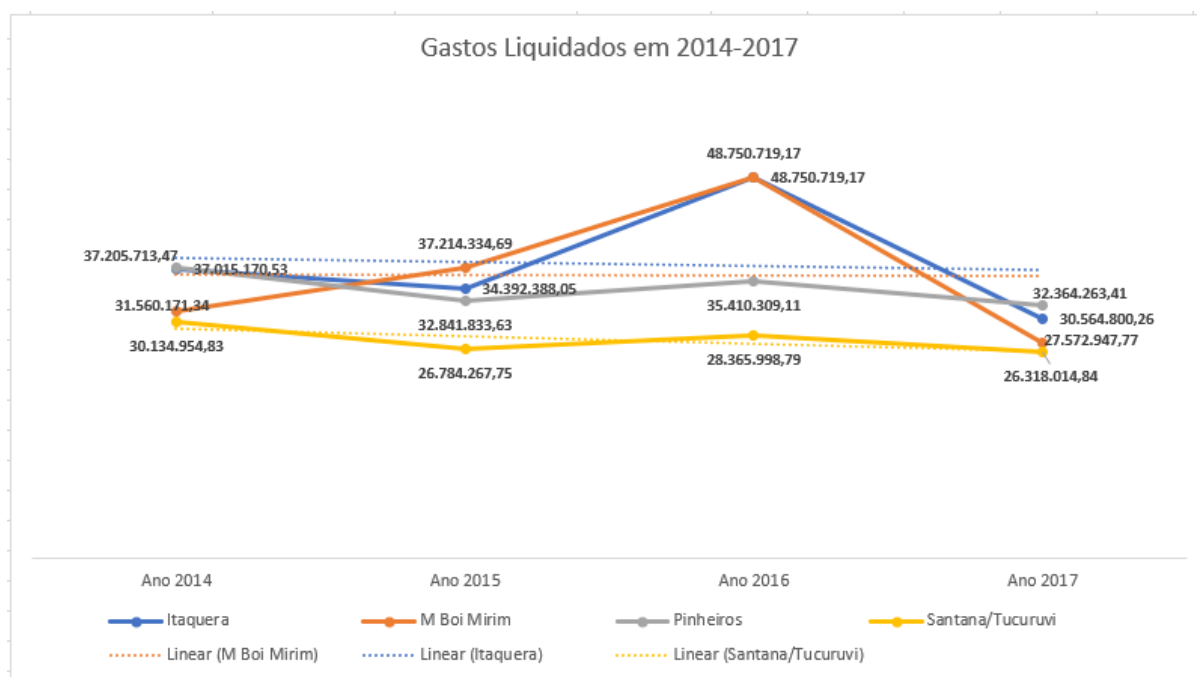


Fonte: IRIS-TCM, elaboração própria

Como pode ser observado no gráfico acima os gastos liquidados no ano de 2014 nas quatro subprefeituras são maiores quando comparados com outros três anos. Tiveram um decréscimo no total liquidado no ano seguinte, exceto a subprefeitura de Parelheiros, que apresentou um leve aumento. No entanto, no ano de 2017 as subprefeituras em comparação com anos anteriores apresentaram menores valores liquidados. Para tanto, quando se faz uma

comparação entre subprefeituras, vê-se que Parelheiros é o que menos apresenta gastos públicos realizados, seguido de Vila Maria/Guilherme e Guaianases, sendo que a subprefeitura de Butantã apresentou nos quatro anos os maiores gastos liquidados. Nesse sentido, é comprovado ao calcular a média de valores liquidados nestes quatro anos, que a subprefeitura Butantã realiza maiores gastos: Guaianases (R\$ 29. 923.642, 92); Parelheiros (R\$ 21.423.950,54); Vila Maria/Guilherme (R\$ 25.056.309,70) e Butantã (R\$ 38.786.244,82).

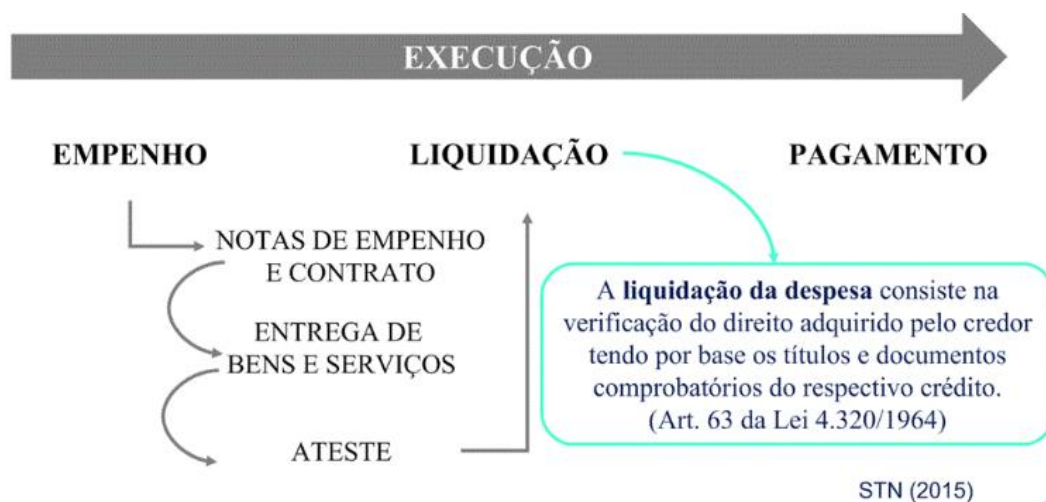
Abaixo, outro gráfico com com as quatro subprefeituras restantes de cada uma das zonas de São Paulo.



Nota-se que a subprefeitura de Santana/Tucuruvi é o que teve menor valores liquidados nos quatro anos de análise, seguida de Pinheiros, M Boi Mirim e Itaquera. Este gráfico mostra uma lógica inversa quando comparada com o anterior, uma vez que a subprefeitura de Itaquera localizada na mesma zona regional que a de Guaianases, no entanto apresentou maiores gastos liquidados, enquanto que Guaianases foi a terceira subprefeitura com maiores valores nesta condição. Vê-se também que a subprefeitura de Pinheiros, localizada na mesma zona que Butantã, foi nesta análise a terceira subprefeitura com maiores valores liquidados, quando analisado a média dos quatro anos. Já M Boi Mirim, localizada na Zonal Sul, junto a Parelheiros, foi a subprefeitura que mais houve gastos, atrás apenas de Itaquera. Vale ressaltar que no ano de 2016 as subprefeituras de M Boi Mirim e Itaquera apresentaram um salto no que se refere a gastos liquidados em contraposição às outras duas

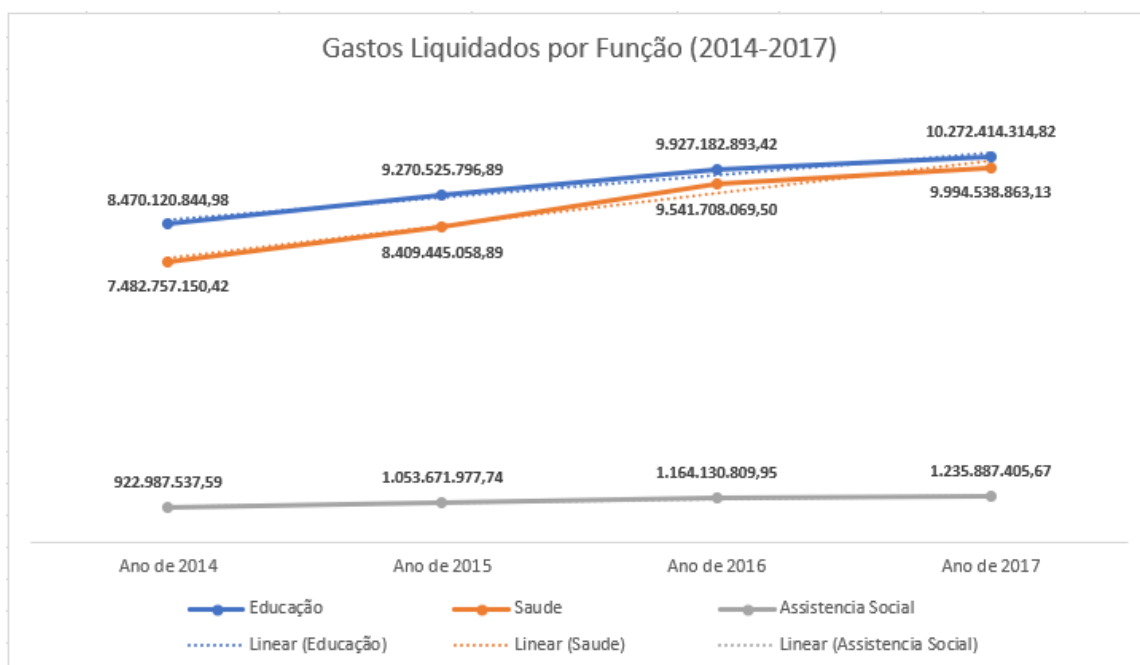
subprefeituras. Dessa maneira, segue médias calculadas: Santana/Tucuruvi (R\$ 27.900.809,05); Pinheiros (R\$ 34.455.529,91); M Boi Mirim (R\$ 36.274.543,24); Itaquera (R\$ 37.680.769,50).

Ademais, vale ressaltar que optou-se por apresentar a evolução dos valores liquidados, pois consiste nos gastos realizados cujos os serviços foram entregues ao órgão em que houve o empenho. Como pode ser observado no esquema abaixo, que evidencia o processo da execução orçamentária:



Fonte: Sérgio Pinto, professor de Contabilidade e Auditoria de Resultados, FGV, 2018

Quando analisados os dados sobre os gastos públicos liquidados nos setores de Educação, Saúde e Assistência Social, nota-se que foram aumentando gradualmente ao decorrer dos quatro anos, sendo que isoladas estas três áreas, vê-se que a Educação é o que mais apresenta gastos destinado, seguido da Saúde e Assistência Social, sendo esta última com valores muito menores. Não foi possível regionalizar tais gastos, uma vez que estes dados não estão disponíveis nesta forma, o que impediu de indicar quais das subprefeituras de fato detinham maiores investimentos que outras.



Fonte: IRIS-TCM, elaboração própria

## 6. As características das Subprefeituras da cidade de São Paulo

Como a iniciação científica pretende indicar se existe algum tipo de regionalização no gasto público, bem como se tal regionalização pressupõe algum tipo de desigualdade de investimento, ou seja, se algumas subprefeituras de São Paulo, diante de suas necessidades por serviços públicos, recebem mais ou menos investimentos (dinheiro), este sendo reflexo sobretudo de políticas públicas criadas para determinada região, que por sua vez, estão indicadas no PPA.

Para tanto, os Programas do PPA, de maneira geral, estão regionalizados, ou seja, indicam para qual distrito determinada Ação está direcionada. No entanto, grande parte das Ações (políticas), mais de 50% delas, indicam uma região de destino da política os termos “Suprarregional” e o “A definir”, o primeiro significa que a Ação não se destina apenas a uma região, por exemplo, Campo Limpo, mas sim um conjunto de regiões. Isso acontece quando não se dá para regionalizar uma política, uma vez que determinadas ações não atingem apenas uma população delimitada de um território. Ademais, o segundo indica que tal Ação ainda não tem uma região de destino.

Ao gerar uma tabela Dinâmica no Excel a partir da Base de Dados criadas com os Programas do PPA, nota-se que a maioria das Ações filtradas por áreas e subprefeituras, têm o montante de investimentos concentrados em “Suprarregional” e a “A definir”. Em entrevista realizada para uma pesquisa de meu orientador-professor Gustavo Fernandes, a

profissional da administração pública, disse que para o PPA 2014-2017 houve uma tentativa de regionalização dos gastos, mas que não obteve grande sucesso. Disse ainda, como mencionado anteriormente, que não é possível regionalizar todos os gastos.

“A maioria (das Ações) tem um impacto geral. Dessa maneira, na área da saúde, por exemplo, tem uma Ação que visa aumentar o número de profissionais, é assim focado para um conjunto de população ou mesmo sua totalidade (Suprarregional), toda a população vai se beneficiar disso. Mas quando é a construção de uma creche, consegue-se direcionar para um público específico de uma região, nem todos vão ser beneficiados pela creche. A gente então não consegue regionalizar todos os serviços” (Entrevista realizada para pesquisa “Mobilidade Urbana” do professor Gustavo Fernandes).

## **6.1. Os indicadores Sociais das Subprefeituras**

Contudo, para saber o perfil socioeconômico das subprefeituras foi criado uma Base de Dados com diferentes indicadores referente às áreas da Saúde, Educação, Habitação, Meio Ambiente, Assistência Social e etc, sendo possível entender se as políticas públicas direcionadas para as diferentes regiões estão resultando em melhoria ou não da qualidade de vida da população residente. Para tanto, a partir destes indicadores foi possível fazer uma análise entre os dados sobre o perfil da população das subprefeituras com as bases de dados do PPA e das LOA's. A partir da caracterização das oito subprefeituras, foi possível, de certa maneira, caracterizar as subprefeituras que estão localizadas na mesma zona regional. Dessa forma, consegue-se ter informações sobre o perfil da Zona Leste, Oeste, Norte, Sul e Centro, nas quais as diferentes subprefeituras estão localizadas.

Contudo, segue nas tabelas algumas informações sobre as subprefeituras, na qual observa-se que existe dois representantes de cada Zona a fim de apresentar uma visão de cada uma delas. Observa-se assim que na Zona Leste e Sul existem mais Redes de Proteção Básica com relação às outras regiões, isso porque, de modo geral, são regiões que habitam mais pessoas de vulnerabilidades sociais. Já no âmbito da educação, nota-se que a maioria das subprefeituras detém alta demanda cadastrada por Creche, sendo este um problema de muitos municípios, exceções são as subprefeituras de Guaianases (Leste) e Pinheiros (Oeste). Chama atenção também a demanda cadastrada por Pré-Escola da subprefeitura de M'Boi Mirim (Sul), que por sua vez, comporta-se como outlier com relação às outras da tabela. Com

relação a Saúde do município, vê-se que o Centro, representado pela subprefeitura da Sé, concentra maior número de AMA's e Hospitais, ficando atrás apenas em quantidade de UBS quando comparado com as outras da tabela.

#### Assistência Social-08

Subprefeituras	Localização	Rede de Proteção Social Básica para Crianças, Adolescentes e Jovens (2016) (Unidades)	Rede de Proteção Social Básica para Idosos (2016) (Unidades)
Guaianases	Leste	14	02
Itaquera	Leste	39	7
M Boi Mirim	Sul	49	12
Parelheiros	Sul	21	01
Pinheiros	Oeste	8	2
Butantã	Oeste	26	02
Vila Maria/Guilherme	Norte	24	01
Santana/Tucuruvi	Norte	05	0
Sé	Centro	17	03

Fonte: Elaboração Própria, dados do Infocidade 2016.

#### Educação Municipal - 12

Subprefeituras	Localização	Demanda Cadastrada Creches (2016)	Demanda Cadastrada Pré-Escola (2016)	Fund. I e II (2016) (Unid.)
Guaianases	Leste	289	4	174
Itaquera	Leste	1523	3	286
M Boi Mirim	Sul	8074	200	283
Parelheiros	Sul	1346	31	61
Pinheiros	Oeste	298	0	145
Butantã	Oeste	2497	5	277
Vila Maria/Guilherme	Norte	2217	2	169
Santana/Tucuruvi	Norte	1052	5	230
Sé	Centro	1033	28	189

Fonte: Elaboração Própria, dados do Infocidade 2016.

#### Saúde Municipal - 10



<b>Subprefeituras</b>	<b>Localização</b>	<b>AMA's (Unid) (2016)</b>	<b>Hospitais (Unid) (2016) (SUS)</b>	<b>UBS (Unid) (2016)</b>
Guaianases	Leste	01	01	13
Itaquera	Leste	03	02	23
M Boi Mirim	Sul	03	02	32
Parelheiros	Sul	01	0	18
Pinheiros	Oeste	0	05	06
Butantã	Oeste	01	05	06
Vila Maria/Guilherme	Norte	01	01	13
Santana/Tucuruvi	Norte	0	02	08
Sé	Centro	04	27	08

Fonte: Elaboração Própria, dados do Infocidade 2016.

## 7. Conclusão

Estudos que analisam as contas públicas municipais tornam-se essenciais para o entendimento de como tais gastos refletem na construção do bem-estar social da população, que dentre outras maneiras, podem ocorrer através da formulação e implementação de políticas públicas que abarcam as necessidades diversas das pessoas que ocupam determinado território, assim como no provimento de serviços públicos essenciais, como a construção de uma creche, escola, UBS, etc.

Nesse sentido, como discutido na pesquisa, o ente federativo municipal com o passar do tempo, sobretudo com a Constituição de 1988, passou a abarcar maiores responsabilidades no que tange a promoção de direitos, o que torna assim o governo municipal peça fundamental para o desenvolvimento local, no quesito social e econômico. No entanto, entende-se que ainda que o município tenha papel importante no aspecto desenvolvimento econômico e social, o mesmo depara-se com algumas dificuldades, sobretudo os municípios de pequeno porte, como por exemplo, a baixa profissionalização da gestão, sendo que a qualificação do pessoal na gestão pública local é fundamental, porque são chaves para o bom desempenho de programas e metas do governo local. Além do mais, a baixa capacidade da gestão financeira, o que reflete diretamente na distribuição e na efetivação dos investimentos públicos municipais. Dessa maneira, vê-se o município desempenha função importante na garantia do bem-estar da população, mas é preciso enfrentar certos obstáculos para torná-los mais efetivo.

Outro aspecto importante para a promoção do desenvolvimento local é a criação, implementação e avaliação das políticas públicas, é fundamental em que haja a construção de políticas públicas que visam o atendimento das demandas da população, entretanto, sua implementação de maneira efetiva, e posteriormente sua avaliação são aspectos importantes para a geração de dados e a reformulação da política. Nesse aspecto, a população cumpre papel essencial no que diz respeito a cobrança de avaliações consistentes, já que dinheiro público é destinado para as políticas públicas, o que torna importante a pressão para a formulação de indicadores, haja vista que é uma maneira de saber se o gasto público está sendo realizado de modo efetivo. Vale ressaltar também que a municipalização não implica somente a transferência da implementação das políticas sociais universais, mas também o envolvimento das comunidades locais no processo decisório e no controle dessas políticas, segundo Celina Souza.

Para o andamento da pesquisa tornou-se fundamental a disponibilidade de dados públicos referente aos gastos municipais realizado pela cidade de São Paulo. Devido a Lei da Transparência, que obriga os estados e municípios a divulgar seus gastos na internet, foi possível obter informações sobre estes aspectos, angariado sobremaneira pelo PPA e LOA do período de quatro anos (2014-2017). No entanto, a maior dificuldade foi classificar cada um dos programas existentes no Planejamento Plurianual em um tipo de Função e Subfunção, base de dados esta que não tinha no portal da Transparência do município. Ademais, muitos dos programas do PPA não estava classificado de maneira regionalizada, o que impediu de certa maneira analisar para quais regiões da cidade de São Paulo o dinheiro público é destinado.

Para proporcionar novos estudos é preciso que o poder público municipal, assim como outros entes governamentais, disponibilize informações sobre os gastos públicos classificadas de outras maneiras, que seja possível identificar para quais áreas de governo vão os investimentos públicos, bem como para quais regiões do município os gastos são realizados, a fim de aprofundar as análises preliminares realizadas pela presente iniciação científica. Na mesma linha, é preciso que as informações de gastos e ações governamentais estejam sistematizadas de forma clara para o público que não detém conhecimentos plenos sobre o funcionamento da contabilidade pública, assim como, de maneira geral, não sabe como a administração pública se dá.

Portanto, para que a iniciação científica apresente maiores avanços é essencial que os dados públicos sejam cada vez mais trabalhados e disponibilizados a população. Em termos acadêmicos, existem muitas teorias sobre a administração pública brasileira, o papel do Estado, como ocorrem a construção do bem-estar social e a formulação das políticas públicas, é preciso estudos mais quantitativo que avaliem os gastos governamentais e como estes impactam na garantia do bem-estar da população.

## 8. Referências Bibliográficas

NG, KENNETH; HALCOUSSIS, DENNIS. Determinants of the Level of Public School Discrimination, 1885-1930. Linoiois, 2003. Artigo. University of Linoiois Press - Journal of Education Finance.

BOCCARD, NICOLAS; ZENOU, YVES. Racial Discrimination and Redlining in Cities. Paris, 2000. Artigo. Journal of Urban Economics.

ABRUCIO, F. e FRANZESE, C. *Federalismo e políticas públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil*. Research Gate, Janeiro de 2007.

ARRETCHE, MARTA. Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado Federativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 14 nº 40.

SEN, AMARTYA.. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Schwarcz Ltda, 2010. 416.